

RESENHA

Mulheres inovadoras no ensino (São Paulo, séculos XIX e XX), VIDAL, Diana Gonçalves; VICENTINI, Paula Perin, Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2019.

Giuslane Francisca da Silva¹

O projeto inicial do livro *Mulheres inovadoras no ensino (São Paulo, séculos XIX e XX)*, é desvelar trajetórias de professoras com práticas docentes inovadoras e que em sua maioria, são desconhecidas (ou eram até então), que atuaram na sala de aula, seja na educação infantil, primária ou secundária em “zonas urbanas ou rurais” (VIDAL, 2019, p.12). Organizado pelas professoras e pesquisadoras Diana Gonçalves Vidal e Paula Perin Vicentini, é um dos resultados do projeto Mulheres e inovação docente (São Paulo e França, nas décadas de 1860 a 1960). Parceria estabelecida entre a Universidade de São Paulo e a Université Sorbonne Paris Cité, entre os anos de 2016 e 2018.

Quando as mulheres recebiam uma educação voltadas apenas com o intuito de dota-las para o casamento, muitas ousaram e construíram sólidas carreiras e ocuparam espaços que antes eram ocupados apenas pelos homens, como Amélia Americano. Katiene Silva em *Mulher, professora universitária e pesquisadora: a trajetória de Amélia Americano Franco Domingues de Castro (1920-) no Ensino Superior*, aborda a trajetória da primeira professora da Universidade de São Paulo, na qual ingressou em 1938 como uma das primeiras a integrar o corpo de discentes da recém-fundada instituição. Amélia doutorou-se em Educação também pela USP. Contribuiu significativamente ao longo de sua carreira no campo da pesquisa. Foi responsável entre outras contribuições, na difusão das ideias de Jean Piaget no Brasil.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: giuslanesilva@hotmail.com

Seguir os passos da professora de jardim de infância, Alice Meirelles Reis é o objetivo de Adiane Lopes Ecar e Rafaela Rabelo, em *Alice Meirelles Reis e o jardim de infância: cenário de inovação*. Proveniente de uma família da elite paulistana, o que conferia a ela privilégios que muitas outras não possuíam. Foi referência na área da educação infantil no decorrer das décadas de 1920 e 1930. cursou o Normal na escola Caetano de Campos, na qual logo se ingressou como professora. Todavia, também atuou em outras instituições, além de colaborar com vários projetos. Escreveu dois livros referentes as suas práticas pedagógicas. A normalista fez várias viagens internacionais, especialmente para os Estados Unidos e Europa, buscando “estar sempre atualizada sobre o que havia de mais moderno em instituições” (ECAR; RABELO, 2019, p. 31), nesses países.

Em uma sociedade conservadora, na qual mulheres eram ensinadas como o único fim de serem boas esposas e mães dedicadas, ainda assim algumas desafiaram o “sistema”. Uma delas foi Benedita, professora na cidade de São Paulo entre 1828 e 1859. Chama a atenção o fato de ter sido a primeira professora pública paulista de primeiras letras. Foi alvo de denúncias por se negar a ensinar as prendas domésticas previstas na legislação. Em vários momentos em que foi advertida, se valeu das leis para se defender, demonstrando que possuía conhecimento acerca das legislações que regiam a educação. A professora não se casou, dedicando grande parte de sua vida à docência, não apenas na cadeira pela qual era efetiva, mas também se dispôs a ensinar meninas e mulheres que fossem muito pobres. Filha de mãe solteira, bastarda, sem posses, a escalada em busca de instrução e ingresso no magistério por Benedita e sua irmã, nas mesmas condições, não deve ter sido tarefa muito fácil. Benedita e sua irmã valeram-se da relação que mantinham com sujeitos de prestígio na sociedade local. O que não se constitui em estratégia exclusiva das irmãs. Essa é a tônica do texto *Benedita da Trindade do lado de Cristo: uma mestra oitocentista entre a resistência e resignação*, de Fabiana Garcia Munhoz.

Raramente professores/professoras das primeiras letras são inclusos/inclusas no rol de “intelectuais”. Botyra Camorim, professora de primeiras letras de escolas isoladas no interior do Estado de São Paulo, deixou uma produção extensa, são cerca de 39 números, entre romances, contos, poesias, relato de viagem, biografia e autobiografia. Analisar o percurso profissional da professora Botyra, suas práticas pedagógicas dentro e fora dos muros das escolas, é o objetivo do quarto do livro, *Botyra Camorim: imagens e memórias da carreira do magistério em São Paulo (1917-1962)*, é o objetivo da autora.

Botyra formou-se na Escola Normal do Brás em 1928 e passou a lecionar em escolas isoladas, atuando grande parte de sua carreira em áreas rurais até conseguir se estabelecer em Mogi das Cruzes. A partir das relações que construiu na instituição em que atuava, o Curso Primário anexo à Escola Normal do Instituto de Educação, e na cidade, viu sua carreira se ascender quando foi escolhida para o cargo de diretora no ano que antecedeu a sua aposentadoria. Botyra em sua autobiografia denunciou as disparidades na ascensão da carreira entre professores e professoras. Era muito comum que homens com menos experiência conseguissem cargos administrativos e/ou remoção, enquanto as mulheres precisavam encarar longos anos até se ascenderem, isso quando conseguiam. Trajetória “diferente” trilhou a professora Carolina Ribeiro.

Em *Carolina Ribeiro: o lugar da mulher na educação em São Paulo*, Rachel Duarte Abdala, analisa a trajetória da professora primária Carolina Ribeiro que se destacou por ocupar cargos administrativos na esfera municipal e estadual, como a direção da Escola Caetano de Campos, escola modelo. Aí fundou juntamente com Iracema Silveira, o jornal *Nosso Esforço* (1936), além de dirigir outras instituições escolares. Mais tarde foi nomeada Secretária Estadual de Educação. Foi também militante das causas educacionais, feminista e se lançou na carreira política, participou de movimentos como o Professorado Católico e Liga das Senhoras Católica, além de reconhecida oradora e autora de hinos. Carolina, nascida em uma família de professores, ocupou cargos que até então eram ocupados

tradicionalmente por homens. Construiu relações que a possibilitaram se ascender profissionalmente. A posição econômica e social em que nasceu e viveu, não é discutida pela autora, embora essas questões não apareçam no texto, é muito provável que o meio em que a biografada cresceu e viveu, tenha contribuído significativamente para a construção de sua carreira.

No período em que os pais atribuíam pouca importância à educação feminina, Rita de Cassia Gallego em *Deolinda de Paula Machado Fagundes: transgressões de identidades e inovação no ensino primário- (Campinas e São Paulo, anos de 1870 e 1890)*, analisa as lutas e a preocupação da professora Deolinda com a aprendizagem das alunas das escolas de primeiras letras nas quais foi responsável. A mesma buscou “assegurar a frequência delas (meninas) à escola; a preparação (...) das meninas para a realização dos exames finais” (GALLEGO, 2019, p. 99). O objetivo era obter um alto número de aprovações das alunas nesses exames. Deolinda também construiu um perfil crítico e questionador quando exerceu suas funções por cerca de três décadas e ainda assumiu o importante cargo de diretora do Grupo Escolar Santa Ifigênia na capital paulista. Durante sua gestão, várias solicitações de melhoramento foram realizadas. Foi a única biografada no livro que assumiu a cadeira de professora antes de obter a formação de normalista. Deolinda assumiu o concurso em 1877 e obteve o curso o normal entre 1880 e 1882, na Escola Normal Caetano de Campos, quando já estava casada. Seu esposo que também era professor, obteve o diploma no mesmo período.

No sétimo capítulo, *Ilka Brunhilde Laurito: formação docente e o educar por meio do cinema dos anos 1960*, Fernanda Franchini discute sobre a formação e atuação de Ilka, que viveu em Campinas, onde atuou como professora de língua portuguesa no Instituto de Educação Carlos Gomes (IECG). Frequentou o Centro de Ciências, Letras e Artes, no qual manteve contato com literatos e artistas, incluindo do cinema. Nos anos de 1960 em que o cinema era novidade para grande parte da população, o incluiu como recurso “informativo e formativo, dentro e fora do ambiente escolar” (FRANCHINI, 2019, p. 120). Suas experiências ao utilizar o cinema em sala

de aula, foram registradas em rascunhos e posteriormente publicadas em forma de caderno de estudos e artigos de jornais. Foram práticas deveras muito inovadoras para a época, haja vista que ainda hoje muitos profissionais da educação apresentam resistência em utilizar o cinema em suas aulas.

A trajetória da professora Iracema Marques da Silveira é analisado por Diana Gonçalves Vidal em *Iracema Marques da Silveira: táticas docentes e biblioteca escolar*. A professora primária trilhou um longo caminho até ser nomeada adjunto-bibliotecária da Biblioteca Infantil da Escola Caetano de Campos e ocupou o cargo por 30 anos, embora o concurso prestado fosse para professora. Antes disso, Iracema migrou de escola em escola até ser removida para uma escola na área central de São Paulo. Ela, assim como outras já citadas aqui, se valeu de relações com pessoas de influências no meio para conseguir ascensão na carreira. Seu pai, que era farmacêutico, foi muito provavelmente um importante articulador nessas relações, não apenas no caso de Iracema, mas também de sua irmã Noemy, outra biografada no livro. Outra mulher que se ascendeu profissionalmente com “auxílio” de pessoas influentes, foi Maria Antonieta Mendes de Castro.

Maria Antonieta Mendes de Castro e educação sanitária brasileira, escrito por Claudinéia Maria Vishchi Avanzini é o nono capítulo do livro. A biografada contribuiu de forma significativa no ensino paulista brasileiro na área de Educação Sanitária. Formou-se no Primeiro Curso de Educadoras Sanitárias do Instituto de Higiene de São Paulo. Logo após sua formação, exerceu a docência no Grupo Escolar de Indaiatuba, posteriormente foi removida para o Grupo Escolar da Mooca. Em 1925, aceitou o cargo de educadora sanitária e comissionada do Instituto de Hygiene de São Paulo, no qual realizou também o curso de educadora sanitária. No decorrer de sua atuação “fomentou a discussão sobre saúde escolar e educação sanitária escolar com o objetivo de difundir hábitos saudáveis e a difusão da puericultura nas escolas (...)” (AVANZINI, 2019, p. 164).

Quando sequer haviam políticas que visavam a inclusão escolar, uma professora primária ousou ensinar crianças com deficiências em classe

regular. *Quando inovar é incluir: a professora Maria José Tristão Parise e o trabalho de integração do “aluno diferente” (1953-1985*, texto escrito por Paula Perin Vicentini, aborda as práticas pedagógicas de Maria José, que no decorrer das décadas de 1950 e 1980, ensinou e lutou pela inclusão de crianças com deficiência na escola. Procurou criar métodos específicos que viessem atender as necessidades de cada criança, consciente de que cada uma delas aprende em seu tempo e de maneira diferente.

Vivian Batista da Silva em *Magistério, missão e santidade: a história de Madre Ninetta Jonata (1887-1976)*, analisa a trajetória de Madre Ninetta nasceu na Itália, porém, viveu grande parte de sua vida em São Paulo. Foi Madre Geral das Mestras Pias de Filippini, foi por diversas vezes reconhecida pelo Estado por suas ações na causa educacional, sobretudo com meninas pobres. No Pontifício Instituto, instituição fundada pela Madre, as Irmãs atendiam os pobres, eram seis escolas, com Jardim de Infância, pré-primário e primário, além de atividades religiosas, educativas e assistenciais. Madre Ninetta consolidou ao longo de sua vida obras de evangelização e filantropia, a educação era, portanto, um importante caminho para tal finalidade, assim como em praticamente todas as congregações que atuavam no Brasil no período.

Na década de 1930 quando grande parte da população global foi sacudida pela queda da Bolsa de Valores de New York, uma mulher atingida diretamente pela crise, foi convidada para executar um projeto experimental rural. No capítulo *Noêmia Saraiva de Mattos Cruz e o ensino rural paulista na década de 1930*, Ariadne Lopes Ecar apresenta a atuação da professora Noêmia Saraiva, no Grupo Escolar Rural de Butantan. Um projeto experimental, como dito anteriormente que se localiza dentro do Instituto Butantan. A professora procurou alternar seu trabalho no Grupo Escolar com diversos cursos rurais. Foi assim que se formou em avicultura, apicultura e laticínios, noções de zootecnia especial, métodos de criação e tratamento de animais domésticos, cuidados com animais novos e etc. As atividades englobavam os estudos teóricos e práticos. O trabalho de Noêmia

se tornou conhecido e referência no país, em decorrência do extenso registro efetuado como fotografias, livro, comunicação em congressos, artigos de jornais e etc. Entre 1935 e 1942, esteve no cargo de direção do Grupo Escolar Rural Butantan, no qual já atuava como professora.

Noemy da Silveira Rudolfer e a vanguarda da psicologia educacional no Brasil, escrito por Rafaela Silva Rabelo, traz o percurso dessa educadora com uma carreira longa e profícua. Se dedicou aos estudos sobre orientação profissional, psicologia educacional e geral e psicanálise. Transitou dentro e fora do país, seja estudando ou representando o governo brasileiro. Noemy Silveira, se tornou referência no país em decorrência de seus estudos sobre psicologia educacional e alcançou reconhecimento internacional. Diplomou-se normalista pela Escola Normal do Brás em 1918, e se aprofundou posteriormente na área de psicologia por meio de diversos cursos nos anos que se seguiram.

A partir de uma escalada, iniciando como professora primária (assim como sua irmã, Iracema Silveira), Noemy chegou à docência no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, primeiramente como substituta e posteriormente por meio do concurso prestado em 1936. Tornou-se a primeira mulher a ocupar uma cátedra no quadro efetivo de professores. Realizou diversas viagens internacionais, especialmente para os Estados Unidos, o que contribuiu significativamente para a circulação das discussões em psicologia aplicadas à educação, conforme salienta a autora. Foi uma das três mulheres a assinar o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, muito embora seu nome seja o único que não possui um volume na Coleção Educadores, do MEC. Seria uma questão política? Fica-nos a indagação.

“Sua atuação ficou restrita ao universo da escola, ela não ocupou cargos políticos-administrativos, não obteve nenhum prêmio, não escreveu nenhum livro, nem, tampouco ganhou algum destaque na mídia local ou nacional” (ORIANI, 2019, p. 241). Essa é a forma que Angelica Pall Oriani anuncia sua biografada em *Olinda Magarotto dos Santos (1934-): uma jornada educacional pelo sertão paulista*. A professora Olinda, assim como

muitas outras que contribuíram e contribuem com a educação, não tornou-se de fato conhecida pela mídia, o que não significa que não desempenhou um papel importante na vida de seus muitos alunos “espalhados” pelas escolas isoladas que atuou no sertão paulista. A autora parte das narrativas de Olinda. Nascida em uma sociedade conservadora, sentiu na pele o peso do machismo, quando se viu impossibilitada de atuar quando diplomou-se em 1953. Foi somente em 1967, já casada que, juntamente com seu esposo, também professor, que passou a exercer a profissão. Atuou durante muitos anos em escolas isoladas rurais, e só conseguiu transferência para Marília, quando seu esposo que ingressara na mesma época que ela, foi removido para o Grupo Escolar dessa cidade, caso contrário permaneceria mais alguns anos na dura lida, o que mais uma vez denota as disparidades entre homens e mulheres. Outra professora de escolas isoladas rurais, foi Violeta Leme. *Violeta Leme Fonseca (Dora Lice): a biografia de uma professora a contrapelo do seu legado literário*, penúltimo capítulo do livro, cuja autora é Dislane Zerbinatti Moraes, nos permite conhecer o percurso da professora primária em escolas isoladas rurais entre 1905 e 1930, quando se aposentou. Nascida em uma família de classe média, três de suas seis irmãs também exerceram o magistério. Em 1928, sob o pseudônimo de Dora Lice, Violeta publicou o romance *O calvário de uma professora*, no qual se valeu das vozes das normalistas para dialogar criticamente acerca das práticas e “discursos educacionais das décadas de 1910 e 1920” (MORAES, 2019, 260). Foi uma forma encontrada para expor suas críticas em relação as inconsistências a respeito dos discursos proferidos em exaltação a figura do professor no contexto das propostas de reformas educacionais.

Encerrando a obra, em *Zuleika Martins Ferreira: a formação de professores e as práticas inovadoras na educação matemática e no ensino de pessoas cegas na Escola Caetano de Campos (1911-1955)*, de Josiana Acácia de Oliveira Marques, a abordagem é sobre uma professora que procurou inovar a educação, propondo novas práticas de ensino. Iniciou como professora primária aos 18 anos nos grupos escolares da capital e mais

tarde se atuou no curso normal e de aperfeiçoamento de professores já atuantes. Buscou criar métodos que possibilitassem melhores resultados no ensino da matemática e que correspondessem a realidade do aluno.

No conjunto da obra, grande parte das autoras não consideram questões pertinentes, como por exemplo: A condição econômica dessas mulheres, o que seria interessante para entender de maneira mais clara a ascensão de muitas. No entanto, pela análise do processo de formação e pelas redes de sociabilidades tecidas, é possível aferir que a maioria pertencia as classes média ou elite. Praticamente não há mulheres negras entre as biografadas. Qual teria sido os critérios para seleção dessas mulheres? Ou ainda, será que não houveram muitas mulheres negras nessa profissão nesse período? Ademais, o livro é muito pertinente, na medida em que nos permite conhecer mulheres que desafiaram e driblaram uma sociedade machista e conservadora no contexto em que atuaram. Além de marcarem/transformarem as vidas de seus/suas alunos e alunas no decorrer dos muitos anos de dedicação à educação.